



**Estado de Pernambuco**

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

1158  
190

APELAÇÃO CÍVEL Nº 128928-3-CARUARU -PE  
APELANTE: GBN EDITORA DE LISTAS E GUIAS DE NEGÓCIOS LTDA  
ADVOGADO: JEAN CARLO BATISTA DUARTE E OUTRO  
APELADO: J.C. ELEVADORES LTDA,  
ADVOGADO: LUIZ COSTA DOS SANTOS  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

5434

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO C/ PÉDIDO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS, MORAL E MATERIAL. IRREGULARIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL, VEZ QUE NÃO FORA ESCRITO EM LINGUAGEM DIRETA E DE FÁCIL COMPREENSÃO, VIOLANDO O DISPOSTO NO ART. 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APELO NEGADO.

**DECISÃO:** " POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA."

**DATA DO JULGAMENTO:** 25 de novembro de 2009.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível de nº 0128928-3, em que é Apelante, GBN EDITORA DE LISTAS E GUIAS DE NEGÓCIOS LTDA e Apelado, J.C. ELEVADORES LTDA, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Desembargadores, componentes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: "POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA." Tudo nos termos dos votos constantes em anexo que integram o presente aresto.

Recife, 02 de dezembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
RELATOR



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0128928-3 --CARUARU --PE  
APELANTE: GBN EDITORA DE LISTAS E GUIAS DE NEGÓCIOS LTDA  
ADVOGADO: JEAN CARLO BATISTA DUARTE E OUTRO  
APELADO: J.C ELEVADORES LTDA, REPRESENTADA POR JOSÉ COSTA DOS SANTOS  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação interposta por GBN EDITORA DE LISTAS E GUIAS DE NEGÓCIOS LTDA em face de sentença proferida nos autos da Ação Anulatória de Contrato com Pedido de Indenização por perdas e Danos Moral e Material proposta por J.C ELEVADORES LTDA, REPRESENTADA POR JOSÉ COSTA DOS SANTOS.

Na inicial, alega em síntese o Autor/Apelado, que na segunda quinzena de setembro/2002 contratou por telefone com a Apelante a divulgação comercial, através de guia de negócios editado, no valor de R\$ 516,00 (quinhentos e dezesseis reais) dividido em 12 parcelas iguais de R\$43,00(quarenta e três reais) mensais, sendo informada que o contrato seria enviado através de fax-símile e a pois assinado fosse devolvido.

Sendo posteriormente surpreendida com o boleto bancário, no valor de R\$ 518,00(quinhentos e dezoito reais) e não mais o acordado R\$ 516,00(quinhentos e dezesseis reais). Devendo ser pago de uma só vez no dia 09 de novembro/2002, imediatamente ligou para a empresa Apelante e pediu o cancelamento, sendo informado que tal procedimento só seria feito se o pagamento fosse efetuado, fs. 02/04.

A Ré, ora Apelante, contestou a ação, requerendo a apreciação da preliminar da carência de interesse processual, e no mérito a total improcedência da ação, fs. 22/30, juntando nesta oportunidade documentos de fs. 31/40.

Designada audiência de conciliação, restando infrutífera pela ausência da parte Ré, fs. 48.

TIPE  
FLS  
108  
cv  
191

TIPOE  
FLS. 100  
192

O juízo a quo, "julgou, em parte, procedente o pedido, para decretar a nulidade do contrato formado entre os litigantes e determinar a devolução da quantia paga, R\$ 518,00, com juros e correção, a teor do artigo 927 do Código Civil, c/c artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Carreio para a demanda, o pagamento das custas e honorários advocatícios, estes em 10% do valor da causa, fs. 68/69".

Irresignada a Ré/Apelante interpôs recurso de apelação requerendo provimento ao apelo, fs. 71/85.

A Apelação foi recebida em seu duplo efeito, fs. 88.

Não houve contra-razões, certidão fs. 100-v.

É o Relatório.

À Douto revisor

Recife, 02 de setembro 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador Relator.

A/a



116 B  
193

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0128928-3 -CARUARU -PE  
APELANTE: GBN EDITORA DE LISTAS E GUIAS DE NEGÓCIOS LTDA  
ADVOGADO: JEAN CARLO BATISTA DUARTE E OUTRO  
APELADO: J.C ELEVADORES LTDA, REPRESENTADA POR JOSÉ COSTA DOS SANTOS  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

A Apelante, em sua tese de defesa não fez provas para contrariar as alegações do Autor, o qual alega ter firmado contrato por telefone sendo este posteriormente enviado via fax e assinado, não inteiramente legível e com letras muito pequenas, ora, o referido contrato pode perfeitamente, ter induzido o Apelado em erro.

A primeira irregularidade está no fato de que o contrato não fora escrito em linguagem direta e de fácil compreensão, especialmente quando se considera que o aderente é pessoa não versada em questões dessa natureza.

O contrato assim redigido viola o disposto no art. 31, do Código de Defesa do Consumidor, o qual tem direito a informação clara, correta e de fácil compreensão acerca do contrato que realiza com o prestador de serviços, especialmente quando vinculado a cláusulas pré-dispostas em condições gerais de contratação, que configuram contrato de adesão.

Nesse sentido, é a lição de José Geraldo Brito Filomeno:

"Trata-se, repita-se, do dever de informar bem o público consumidor sobre todas as características importantes e produtos e serviços, para que aquele possa adquirir produtos, ou contratar serviços, sabendo exatamente o que poderá esperar deles".

Como decorrência da aplicação do princípio inserido no artigo acima mencionado, há também o ferimento ao art. 46 do mesmo Código, porque a forma como redigidas as cláusulas do contrato dificultam "a compreensão de seu sentido e alcance".

C

117 p  
194

Só com base nessa avaliação prévia do contrato já era possível afirmar sua nulidade, com base no art. 51, inciso X do CDC. Mas as violações não estão limitadas à redação do contrato.

Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. Torense Universitária, 5a ed, 1998, p I 15 Como acima mencionado, a questão da mudança de faixa etária, já foi objeto de apreciação anterior pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em acórdão da lavra do eminente Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro, se encontra a seguinte lição:

"O caput do art. 4o da Lei nº 8.078/90 é claro, ao estabelecer que o objetivo da Política Nacional de Relações de Consumo deve ser o atendimento às necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo. Outrossim, o inciso I desse dispositivo é expresse sobre a necessidade de observância do princípio da vulnerabilidade do consumidor, demonstrando ser este a parte mais frágil na relação de consumo. A mesma proteção está garantida no Estatuto do Idoso cuja possibilidade de aplicação ou não ao caso em tela, frente aos argumentos já expendidos, em nada alteraria o quanto decidido. Ora, um aumento de aproximadamente 100% em razão da mudança de faixa etária não só é abusivo, tanto nos termos do Código de Defesa do Consumidor quanto do Código Civil, como desequilibra o contrato firmado entre as partes, impossibilitando a consumidora que arque com os pagamentos" (APELAÇÃO CÍVEL SEM REVISÃO nº 4 31.288-4/6-00, da Comarca de SÃO PAULO, em que é apelante PORTO SEGURO SEGURO SAÚDE S. A. sendo apelado ROSA DOMINGUES, j. em 02 de maio de 2007).

Na área jurídica costumamos dizer que nem sempre a boa intenção do legislador basta. Espero que não seja o caso desta vez. Digo isso, porque a redação anterior da referida norma do CDC já era clara no sentido de dizer que os caracteres impressos nos contratos tinham de ser ostensivos e legíveis. Apesar disso, ainda existiam como existem centenas de contratos redigidos em letras tão miúdas que só com lente e muito cuidado se pode ler.

Infelizmente, uma característica marcante da sociedade capitalista contemporânea é a desonestidade, a má fé com que os negócios são geridos. E, nessa questão das letras miúdas dos contratos, pode acontecer da norma ser respeitada, mas o texto continuar ilegível. É bem capaz de algum fornecedor imprimir um contrato com a fonte muito pequena. Elas não são usadas com muita frequência. Todavia, se forem, trarão problemas com a clareza, pois o tamanho 12 dessas fontes ainda gera letras muito pequenas, de difícil leitura.

De todo modo, quero enfatizar que para ser declarada nula uma cláusula contratual escrita com letras miúdas bastava a redação anterior. Claro que, agora, é possível levar em consideração a intenção do legislador que devem observar o tamanho das letras, para servirem de modelos a serem adotados para fins de avaliação das letras impressas nos contratos.

M

118 P  
195

Por fim, lembro que os Tribunais já vêm anulando cláusulas contratuais e até contratos inteiros com base no texto miúdo impresso. Cito como exemplo esses dois casos julgados pelo extinto 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, dos quais transcrevo alguns trechos:

"Verifica-se que não só os cálculos de tal planilha são ininteligíveis, como a cobrança de multa de 10% não foi prevista no contrato (...) No caso, o contrato de fls. 12/13 não contempla nem juros de mora, nem multa e, aliás, é todo nulo (artigo 51, XV, do CDC), porque firmado em letras minúsculas, o que viola a regra do artigo 54, § 3º, do CDC". (Apelação 856.141-1 da 4ª. Câmara).

Por tais razões prevalece, por seus próprios e jurídicos fundamentos, a solução adotada pela r. sentença de Primeiro Grau, a qual integralmente prestigiada.

Com estas considerações, NEGO PROVIMENTO ao apelo.

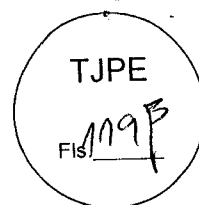
É como voto.

Assento a decisão  
Heitor

A/a



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



196

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 128928-3 da 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: GBN EDITORA DE LISTAS E GUIAS DE NEGÓCIOS LTDA.  
APELADA: J.C. ELEVADORES LTDA.

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls.

68/69) julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados na ação anulatória de contrato c/c indenização por danos morais e materiais, para declarar "a nulidade do contrato firmado entre os litigantes e determinar a devolução da quantia paga, R\$518,00, com juros e correção, a teor do artigo 927 do Código Civil c/c artigo 269, I, do Código de Processo Civil".

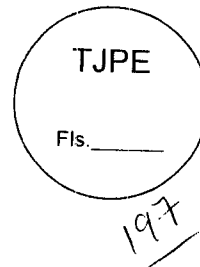
O magistrado entendeu ser a hipótese de relação consumerista e inverteu o ônus probatório. Considerou que o instrumento contratual ilegível, remetido via fax, e os documentos emitidos pela Apelante sem fazer referência ao parcelamento induziram a Apelada a Erro.

Em suas razões recursais (fls. 71/85), a Recorrente defende não se tratar de relação de consumo, pois a Recorrida não estaria enquadrada no conceito de destinatária final dos serviços. Alega, por outro lado, que "as condições para pagamento dos serviços contratados estavam claras e evidentes em campos específicos no respectivo contrato de publicação", constando a opção pagamento parcelado em 12 (doze) prestações de R\$518,00, inviabilizando a interpretação de ser este o valor global do serviço.

C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Sendo assim, pugna pelo provimento do recurso para reforma da sentença investivada, julgando improcedentes os pedidos inaugurais.

A Apelada não apresentou contrarrazões (fls. 100v).

Brevemente relatado, decido.

Pela presente demanda a ora Apelada pleiteia seja declarada a nulidade do contrato que ensejou os boletos bancários emitidos pela ora Apelante (fls. 13), pois teria pactuado o preço do serviço em 12 (doze) parcelas de R\$43,00 e não em 12 (doze) prestações de R\$518,00.

O grande obstáculo à pretensão autoral residiria na dificuldade de se desconstituir um contrato que aparentemente preenche todos os requisitos de existência e validade, porquanto além do objeto ser lícito, o instrumento encontra-se assinado por pessoa detentora de poderes para tanto, pois não há controvérsia nesse sentido.

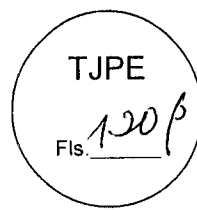
A despeito das grandes discussões sobre as teorias da vontade (francesa) e declaração (alemã), bem como a divergência sobre a figuração do elemento volitivo no requisito existência ou da validade do negócio jurídico, trago à baila lição de Windscheid<sup>1</sup>, sob a qual: "quem afirma uma cisão entre a vontade e a declaração deve prová-lo; uma vez acertada tal cisão, a declaração não produz o efeito indicado como querido. Esse é o princípio".

<sup>1</sup> WINDSCHEID, Bernhard. *Diritto delle pandete*. apud AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio Jurídico*, p. 78





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Assim, o novel Diploma Civilista cuidou de repetir a regra insculpida no art. 85 do Código de Beviláqua<sup>2</sup>, estipulando que "*nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciadas do que ao sentido literal da linguagem*". A manifestação da vontade, destarte, embora seja elemento essencial do negócio jurídico, poderá maculá-lo quando se der em dissonância à intenção do agente.

Isso porque apesar da irrelevância dos motivos determinantes ao entabulamento do negócio jurídico, incide em Erro a declaração oriunda de noção inexata ou de falsa idéia da contraprestação pecuniária correspondente, justificado em razão da boa-fé presente na relação jurídica, conforme dicção dos arts. 138 e 139, I do CC/2002<sup>3</sup>.

A ilegibilidade do contrato remetido via fax (fls. 10/11), bem como o fato da nota fiscal (fls. 13) e comprovante de pagamento do boleto (fls. 12) não fazerem referência ao parcelamento da dívida, autorizam a conclusão de Erro. As circunstâncias negociais, portanto, levavam a Apelante a crer desta forma.

Penso, por outro lado, ser desnecessário analisar se a natureza da relação havida entre as partes é de consumo ou não, por força dos fundamentos acima expostos.

<sup>2</sup> Art. 85. Nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção que ao sentido literal da linguagem.

<sup>3</sup> Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Art. 139. O erro é substancial quando: I – interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; (...)



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

199

Ademais, considerando não haver prova da efetiva prestação do serviço, deve ser mantida a repetição da quantia paga pela Recorrida com as atualizações legais.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo para manter integralmente a sentença vergastada.

É como voto.

Recife,

28.11.99

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor